

▶ **Aduff apóia  
conselheiros da UFF  
notificados pelo MEC**

*Página 3*

▶ **Assembleia aprova  
indicativo de greve  
docente na UFF**

*Páginas 8*

▶ **Eleições do  
Andes-SN adiadas**

*Página 8*



## **Covid-19: Governo Bolsonaro está com as mãos sujas!**

Pandemia do novo Coronavírus expõe descaso do governo com as políticas públicas e saúde da população. Enquanto tentam “lavar as mãos” com discursos que minimizam impacto da doença no Brasil, Bolsonaro e Guedes aprofundam medidas que retiram direitos e cortam investimentos da Saúde e Educação



Editorial

## Paz entre nós, guerra aos senhores!

**H**á anos lutamos contra mais uma crise estrutural do sistema, que sempre vem conjugada a ofensivas sobre os direitos das e dos trabalhadores na tentativa de recompor as margens de lucro. A reforma trabalhista, a Emenda Constitucional 95, a reforma da Previdência, os acentuados cortes na saúde, educação e pesquisa públicas, entre muitas outras medidas, fazem parte desta pilhagem capitalista.

Com o surgimento do novo coronavírus e da pandemia decorrente da sua alta transmissibilidade, tal crise adquire contornos dramáticos em todo o mundo, expondo as consequências da desigualdade social e do desmonte da assistência social e das políticas públicas. No caso brasileiro, vivemos o escancaramento do despreparo de Jair Bolsonaro para ser o presidente do país. Contrariando todos os especialistas nacionais e internacionais, a ONU, o Ministro da Saúde e mesmo boa parte de seus aliados, ele insiste em minimizar a doença e propõe o abrandamento das medidas de distanciamento social quando o número de casos de Covid-19 no Brasil não para de aumentar.

Diante destas atitudes, a popularidade de Bolsonaro diminui a olhos vistos, ainda que uma parte da população permaneça fiel a aquele que consideram seu “mito”. E, tão importante quanto a perda de popularidade, sua base de sustentação política se reduz a cada dia. Palavras como impeachment, renúncia e interdição psiquiátrica estão em pauta, e talvez tenham vindo para ficar.

Precisamos estar atentos para as mudanças na conjuntura, que está muito dinâmica. Para alguns setores, o momento parece bastante oportuno tanto para golpear novamente nossa frágil democracia (a exemplo das declarações de Bolsonaro sobre o estado de sítio) quanto para colocar em prática antigos projetos impopulares. É o caso da ampliação da EaD em todos os níveis da educação federal,



**No caso brasileiro, vivemos o escancaramento do despreparo de Jair Bolsonaro para ser o presidente do país. Contrariando todos os especialistas nacionais e internacionais, a ONU, o Ministro da Saúde e mesmo boa parte de seus aliados, ele insiste em minimizar a doença e propõe o abrandamento das medidas de distanciamento social quando o número de casos de Covid-19 no Brasil não para de aumentar**

os trabalhadores e trabalhadoras precarizadas que ficarão sem fonte de renda e para os segmentos mais vulneráveis da população, pela taxação dos lucros dos bancos e das grandes fortunas e o não pagamento da dívida pública.

Apenas com solidariedade e mobilização conseguiremos que a pandemia do coronavírus não seja pior. Paz entre nós, guerra aos senhores!

estadual e municipal e também da redução dos salários dos servidores públicos, articulada pelo presidente Câmara dos Deputados Rodrigo Maia.

Ao mesmo tempo, com a pandemia pode cair por terra parte da campanha difamatória que sucessivos governos e grandes meios de comunicação têm feito sobre os serviços e servidores públicos e as instituições de ensino superior. A realidade está mostrando à população o quanto o SUS, a pesquisa, a educação, a assistência social e a cultura são áreas fundamentais para nossa sobrevivência. Cabe a nós nos mobilizarmos para disseminar campanhas e informações que reforcem esta mensagem. Politizar e disputar as narrativas é fundamental!

Mesmo com as restrições que a quarentena nos impõe, precisamos seguir defendendo o óbvio: que a vida é mais importante que a economia e que todas as vidas importam. Isso significa manter e atualizar a nossa pauta de luta: pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95, por recursos públicos para conter a pandemia, pelo direito da classe trabalhadora ao distanciamento social sem perda de direitos, por políticas para

ADUFFZAP

21 97276-2018

Docentes da UFF podem se cadastrar no serviço, enviando mensagem para o número (21) 97276-2018. Por meio de listas de transmissão, o docente receberá boletins com informações de interesse da categoria, o que inclui comunicados de atividades e sobre ações jurídicas.



App Aduff

Aduff lançou aplicativo gratuito próprio, desenvolvido especialmente para a seção sindical dos docentes da UFF. O serviço já está em funcionamento e terá acompanhamento da carreira docente, notícias, comunicados, agenda e calendários acadêmicos e chat para falar com a seção sindical.

BOLETIM ONLINE

Escreva para cadastro@aduff.org.br e peça a inclusão do seu endereço eletrônico em nossa mala direta. Receba o Boletim da Aduff por e-mail com notícias e outras informações relevantes.

**Aduff comunica fechamento temporário da sede**

A sede da seção sindical estará fechada temporariamente a partir de 17 de março de 2020, em conformidade com as orientações contingenciais referentes ao Coronavírus (Covid-19). Todos os atendimentos serão realizados durante o horário comercial, de 9h às 18h, via e-mail (aduff@aduff.org.br) ou por trocas de mensagem através do Whatsapp institucional: +55 (21) 98029-1656.

Os docentes que necessitarem de atendimento jurídico emergencial poderão acionar os advogados da seção sindical nas sextas-feiras, entre 9h e 13h, pelo telefone 21-2505-9032; Whatsapp 99905-9032 ou e-mail (contato@boechatewagner@adv.br)

Pedimos que estejam atentos aos nossos canais de comunicação no site e no facebook.

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF  
SSindSeção Sindical do Andes-SN  
Filial à CSP/Conlutas

Edição concluída em 25 de março de 2020

Biênio 2018/2020

Gestão: ADUFF Autônoma,  
Democrática e de Luta

**Presidente:** Marina Cavalcanti Tedesco • **1º Vice-Presidente:** Waldyr Lins de Castro • **2º Vice-Presidente:** Carlos Augusto Aguilar Junior • **Secretária-Geral:** Adriana Machado Penna • **1º Secretário:** Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso • **1º Tesoureiro:** Bianca Novaes de Mello • **2º Tesoureiro:** Edson Benigno da Motta Barros • **Diretoria de Comunicação (Tit):** Reginaldo Scheuermann Costa • **Diretoria de Comunicação (Supl):** Wilma Lucia Rodrigues Pessôa • **Diretoria Política Sindical (Tit):** Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa • **Diretoria Política Sindical (Supl):** Claudio Fernandes da Costa • **Diretoria Cultural (Tit):** Jairo Paes Selles • **Diretoria Cultural (Supl):** Ana Claudia Cruz da Silva • **Diretoria Acadêmica (Tit):** Douglas Guimarães Leite • **Diretoria Acadêmica (Supl):** Jacira Maria Machado de Oliveira

**Editor**  
Hélcio L. Filho**Jornalistas**  
Aline Pereira  
Lara Abib**Revisão:**  
Renake das Neves**Projeto gráfico e diagramação**  
Gilson Castro**Imprensa**  
imprensa.aduff@gmail.com**Secretaria**  
aduff@aduff.org.br**Sítio eletrônico**  
www.aduff.org.br**Facebook**  
facebook.com/aduff.ssind**Twitter**  
twitter.com/aduff\_ssind**Impressão**  
Gráfica O Globo - 10 mil exemplares

Rua Professor Lara Vilela, 110 - São Domingos - Niterói - RJ - CEP 24.210-590 Telefone: (21) 3617.8200

# Aduff presta apoio político e jurídico aos conselheiros da UFF notificados pelo MEC

CUV manifesta solidariedade aos antigos conselheiros e repudia tentativa de criminalização aos docentes

Aline Pereira  
Da Redação da Aduff

O Ministério da Educação notificou judicialmente 32 professores que integraram o Conselho Universitário da UFF há 12 anos. Eles deliberaram, à época, por unanimidade, pelo enquadramento isonômico entre técnico-administrativos aposentados e ativos no novo plano de carreira.

A medida contrariava a recomendação da Procuradoria Geral da Universidade e, na ocasião, os professores responderam a um processo administrativo. Foram devidamente absolvidos por não terem agido de má fé e em conformidade com a lei, respeitando os princípios de isonomia e integralidade.

Tão logo soube da notificação do Ministério da Educação, em fevereiro deste ano, os dirigentes da seção sindi-

cal prontamente se comprometeram a apoiar os docentes da instituição. “A diretoria da ADUFF considera a atitude do MEC como um dos maiores abusos de autoridade já cometidos contra a liberdade de manifestação e de voto nos Conselhos Superiores da universidade pública”, disse a nota pública.

Em reuniões presenciais na sede, a ADUFF expressou solidariedade aos educadores e reiterou a disposição da seção sindical em prestar auxílio político e jurídico aos docentes interpelados pelo governo – o que já está em curso. Considerou grave a ação impetrada pelo Ministério da Educação porque ela agride toda a comunidade universitária.

Para os dirigentes da seção sindical, ao judicializar a questão, a presidência da República e o MEC prosseguem com o ataque às uni-

versidades, desconsiderando a decisão do Conselho Universitário – instância máxima de deliberação da UFF. Por conseguinte, desrespeita também autonomia universitária amparada pelo artigo 207 da Constituição Federal. “O ataque à autonomia da universidade está em mover um processo com fragilidades processuais num período muito posterior ao fato, sobre um assunto já discutido e processado internamente”, destaca o professor do curso de Direito da UFF e integrante da diretoria da Aduff, Douglas Leite. Para o docente, uma das estratégias do governo é desestabilizar docentes, órgãos gestores, universidades. “A defesa dos professores está em



Zulmar Rocha

preservar a autonomia dos seus conselhos e a substância de duas decisões, pautada numa legítima interpretação do plano de carreira dos técnico-administrativos”, complementa o professor.

## Solidariedade também no CUV

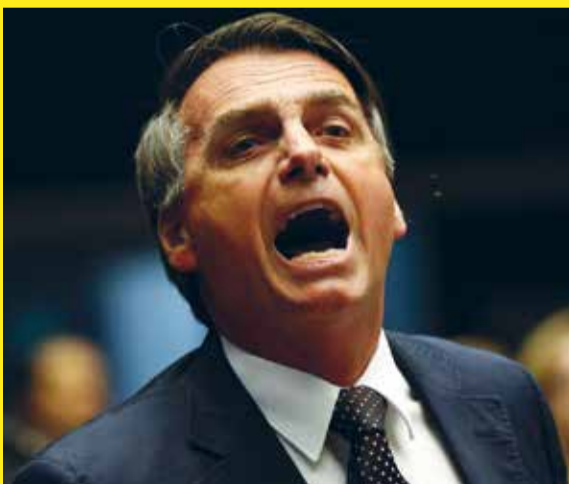
O Conselho Universitário, em sessão do dia 4 de março, aprovou moção de repúdio à tentativa de criminalização dos docentes pelo Ministério da Educação.

“A ameaça do MEC de punir os conselheiros, pelo exercício da discordância, compromete a liberdade de opinião e de decisão do Conselho Universitário no presente e no futuro, significando a submis-

são antecipada da mais elevada instância da Universidade (...). O Conselho se solidariza com seus pares que em deliberação coletiva e unânime, à época, tomaram a decisão que entenderam como correta, justa e de direito”, destaca a moção, que ainda reafirma “a autonomia, liberdade e democracia nas suas decisões”, incluir: diz o texto, aprovado no CUV.

Para o vice-presidente da Aduff-SSind, Waldyr Lins de Castro, é preciso pensar que interesses têm o governo em ressuscitar uma questão que aconteceu há doze anos. “Que conselheiro [hoje] vai ter segurança de votar qualquer coisa se esses conselheiros forem julgados e condenados?”, questionou em tribuna.

## Bolsonaro revoga artigo que permitia suspensão de salários, mas MP 927 precisa ser derrotada na íntegra



Marcelo Camargo/Agência Brasil

O mesmo dispositivo ainda previa a participação do empregado em curso de qualificação profissional não presencial, oferecido pela empresa ou por outra instituição. Essa suspensão seria acordada individualmente com o trabalhador, independentemente dos termos do acordo ou da convenção coletiva.

O governo retrocedeu, mas outros artigos da MP continuam valendo e têm q ser apreciados em até 120 dias para não perder a validade, que se encerra em 31 de dezembro, quando o estado de calamidade pública chega ao fim no país.

Para Bolsonaro, a iniciativa seria uma forma de evitar demissões durante a crise causada pelo coronavírus. No entanto, a MP 927 também não garantiria qualquer proteção aos trabalhadores, como a permanência no emprego após o período de suspensão do contrato.

“Suspender salários tem caráter protetivo para o empresariado, mas é uma bomba para os trabalhadores, sobretudo para os que estão em postos de trabalho mais precarizados e sob relações fragilizadas com seus patrões. É a prova concreta de que a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”, considera Marina Tedesco, presidente da Aduff. “A MP 927,

conforme anteriormente apresentada pelo governo, certamente faria com que aprofundássemos ainda mais a desigualdade social e a pobreza no país”, diz.

A citada MP avaliza o trabalho à distância (home office), antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho e direcionamento do trabalhador para qualificação.

“Apesar da revogação do artigo 18, ainda somos críticos à lei pois ela permite a total flexibilização de regras da CLT, sem que haja qualquer participação dos sindicatos de classe para intermediar acordo entre trabalhadores e empregador.

Segundo Marina Tedesco, ao recuar em relação à suspensão dos salários, a presidência sentiu a pressão. Contudo, ainda é necessário que sindicatos e a sociedade a refutem em sua totalidade, pois seu teor evidencia que a pretensão do governo é salvar empresas em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

“Não é hora de políticas de austeridade, mas sim, momento para o Estado fortalecer as políticas públicas que possam minimizar os danos provocados pelo cenário atual”, afirma a presidente da Aduff. (AP)

Cerca de 12 horas após editar a Medida Provisória 927, publicada em 22 de março, Jair Bolsonaro recuou em relação ao artigo 18, que repercutiu muito mal entre setores da sociedade e do governo ao permitir que o trabalhador ficasse sem salário por quatro meses, podendo ou não receber apenas uma “ajuda compensatória mensal”.

## Governo mantém discurso da austeridade em meio à pandemia do coronavírus

Carteira Verde Amarela e PEC Emergencial retiram direitos trabalhistas para garantir a 'saúde do mercado'

Aline Pereira  
Da Redação da Aduff

"Você não estava aqui", novo filme de Ken Loach, estreou no Brasil em fevereiro de 2020 - pouco antes de o país paralisar por conta do coronavírus. Narra a história de uma família inglesa que luta para sobreviver, em tempos de uberização das relações de trabalho, após o colapso financeiro de 2008 na Europa. O pai é motorista autônomo de uma rede entregadora e a mãe é funcionária terceirizada de empresa de cuidados de idosos. Ambos não têm direitos trabalhistas e muito menos o direito de adoecer.

A obra critica o empreendedorismo neoliberal, a jornada exaustiva de trabalho e a precarização das relações de trabalho. Embora o enredo transcorra na Inglaterra, há muitas similitudes que valem para o Brasil atual - país que insiste em renunciar às conquistas trabalhistas de gerações anteriores.

Exemplo recente é a proposta governista da Medida Provisória 905, a da Carteira de Trabalho Verde e Amarela,

Medidas do Presidente e do Ministro da Economia pregam menos direitos para salvar empresários

que beneficia patrões ao esvaziar direitos dos trabalhadores. O Legislativo tem até o dia 20 de abril para votar a MP, que estimula contratação de pessoas entre 18 e 29 anos de idade, com rendimento limitado a 1,5 salário mínimo por mês (R\$ 1.567,50).

Ela também reduz a alíquota de contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 8% para 2%; diminui a multa do FGTS em caso de demissão de 40% para 20%; e isenta o pagamento da contribuição previdenciária patronal, do

salário-educação e da contribuição social para as entidades do Sistema "S" (Sebrae, Senai, Sesc e afins). Cobra tarifa do trabalhador desempregado (seguro desemprego passa a ser taxado conforme alíquota do INSS), elimina pagamento por jornadas em dias e horários extraordinários, inclusive fins de semana.

Segundo Carlos Augusto Aguilar, diretor da ADUFF, a medida beneficia os patrões exclusivamente, que podem contratar até 20% de seu efetivo nessa modalidade. "Gera renúncia fiscal quando o Bra-

sil precisa arrecadar impostos para garantir o funcionamento de serviços públicos - Saúde e Educação Públicas, Ciência e Tecnologia", comenta.

Para ele, a MP aprofunda a precarização. Há o limitador do salário pauperizado e a antecipação de vantagens remuneratórias (férias e 13º proporcionais, saldo de FGTS) que podem ser recebidos de forma parcelada, junto com os salários mensais. "Na hora em que o trabalhador precisar, ele não vai ter acesso a esse benefício. Além disso, o FGTS, nessa modalidade, vai ser re-

duzido a ¼ do que se determina hoje", explica.

O dirigente sindical alerta ainda que a MP prevê que o contrato tenha dois anos de duração, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado.

De acordo com Adriana Penna, diretora da Aduff, "trata-se de apertar o pescoço do trabalhador em nome da manutenção das taxas de lucro do capital, ou seja, em nome da manutenção da única coisa que importa à lógica do capital: manter em equilíbrio as taxas de lucratividade".



Valter Campanato/Agência Brasil

## PEC Emergencial e o corte de salários do funcionalismo

Se aprovada, medida prevê redução de jornada e salários, fim das progressões e promoções, concurso públicos e contratações

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186/19, ou PEC Emergencial, foi apresentada pelo governo em novembro de 2019 e integra um pacote elaborado pela equipe de Paulo Guedes - o Plano Mais Brasil. Ela impõe novas restrições ao gasto público, especialmente com o pessoal, e prevê a redução da jornada de trabalho e dos salários dos servidores públicos (União, estados e municípios) em até 25%, a suspensão das possibilidades de promoção e progressão de carreira e o congelamento de concursos públicos, entre outras medidas.

A assessoria jurídica do Andes-SN classificou a proposta como mais um nítido ataque aos serviços e aos servidores públicos. "O Governo Federal pretende realizar a mais dura, ambiciosa e complexa reforma fiscal do país, alterando significativamente o texto constitucional de 1988", destaca a nota técnica.

Para Adriana Penna, que integra a diretoria da Aduff-SSind, o principal

alvo dessa conjuntura é a classe trabalhadora. A PEC 186 é uma forma de penalizar o funcionalismo público, com o aval de setores da grande imprensa, tal como feito pelo jornal O Globo. No último dia 20, a publicação defendeu que trabalhadores aceitem menos direitos em prol de mais empregos, por meio da redução da jornada de trabalho e de salário.

"Não há dúvidas de que o poder político e econômico de grandes capitalistas está em busca de saídas para seu fortalecimento, o que corresponde à preparação de maiores e mais intensos ataques aos trabalhadores", diz a sindicalista.

Em nota de repúdio ao jornal, a Diretoria da ADUFF reafirmou que "não são salários de trabalhadores que precisam ser cortados, mas sim a Emenda 95/2016 é que precisa ser revogada para garantir a ampliação dos investimentos em saúde, ciência e tecnologia, educação, assistência social e previdência, e fazer o país ultrapassar essa crise!" (AP)

## Congresso também articula proposta para reduzir salários de servidores

Anunciada por Rodrigo Maia, medida é “desastrosa” e “demagógica”, de acordo com professor da Faculdade de Economia da UFF, Victor Leonardo

Em entrevista à GloboNews no dia 24 de março, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que partidos políticos estão articulando e elaborando uma proposta que prevê a redução dos salários de servidores e parlamentares durante o período da crise de coronavírus no Brasil. A “economia” seria repassada ao Ministério da Saúde para o combate à Covid-19.

“Todos são servidores públicos, e tenho certeza que os partidos estão dialogando e vão construir um caminho por onde a gente mostre de forma clara que a política, os agentes públicos, dos três poderes, também precisam e, certamente, darão a sua contribuição”, Maia declarou.

O professor da Faculdade de Economia da UFF, Vic-

tor Leonardo, classifica a proposta como desastrosa. “A redução do salário de trabalhadores é desastrosa. Se você parar para pensar, o servidor também consome e ajuda a rodar a economia. Então, a medida contribui para agravar a crise, e não para solucioná-la. Se a intenção é compartilhar sacrifícios entre todos, por que não colocar em tramitação propostas de taxaçaõ de grandes fortunas ou então sobre imposto de renda de pessoas físicas, sobre lucros e dividendos, cuja alíquota atualmente é zero?”, questiona.

O docente também critica o caráter demagógico da proposta. “A gente sabe que a grande maioria dos deputados e dos senadores do Congresso não vivem de seus sa-



Proposta terá duração enquanto permanecer estado de calamidade pública aprovado pelo Congresso

lários. São grandes empresários, fazendeiros, acionistas e sócios de grandes empresas. Eles não estão retirando do salário deles, estão retirando do nosso. Como se o Estado brasileiro precisasse tirar salário de servidores para investir

em saúde. A União tem poder de emitir moeda, de emitir dinheiro”, pontua.

Para Victor, a medida também serve de cortina de fumaça para que a população não perceba quem são os verdadeiros inimigos do momento.

“Colocando a culpa nos servidores públicos, eles encobrem os grandes empresários que preferem ver 5, 7 mil pessoas morrendo do que colocar seus funcionários em segurança e em quarentena, pagando o salário integral”, finaliza. (LA)

## Em meio à pandemia da Covid-19, MEC propõe aumentar oferta de disciplinas online nas IFES

Embora em caráter excepcional, medida preocupa e abre precedentes para que haja ampliação do ensino à distância

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

No dia 18 de março, o Ministério da Educação (MEC) liberou, por meio de uma portaria publicada no Diário Oficial da União, que as instituições federais de ensino superior possam substituir as aulas presenciais pela modalidade à distância durante a pandemia da Covid-19. A mudança é válida para o sistema federal de ensino, composto pelas universidades federais, pelos institutos federais, pelo Colégio Pedro II, pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), Instituto Benjamin Constant (IBC) e pelas universidades e faculdades privadas.

De acordo com o texto, o período de autorização é válido por 30 dias e tem possibilidade de prorrogação, a depender de orientação do Ministério da Saúde

e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital. Em nota, a diretoria da Aduff-SSind repudiou a medida do MEC – que inclui a substituição de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação, com exceção dos cursos de Medicina, estágio obrigatório e disciplinas experimentais (em laboratório), por atividades à distância, mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação.

“A medida abre grave precedente para que haja uma ampliação da oferta de disciplinas online (inclusive para além dos absurdos 40% já permitidos) nos cursos de graduação em tempos de “calamidade” e crise fiscal, substituindo investimentos em infraestrutura das instituições e concursos públicos para reposição dos quadros docentes e técnicos pelas salas de aula virtuais”, destaca o documento.

Para a diretoria da Aduff-SSind, a situação apresentará ainda maior precarização e desmonte da carreira docente, dos técnicos-administrativos em educação e das condições de infraestrutura das instituições. “Ademais, sabemos que a imensa maioria das instituições vêm sofrendo cortes em seus orçamentos há anos e não tem a menor condição de garantir que o conteúdo à distância chegue a todo o corpo discente”, afirma o documento.

### Aduff-SSind cobra que a UFF defina posição e rechaça portaria

Na mesma nota, a seção sindical reivindicou a autonomia da UFF para que a portaria seja rechaçada, “e o calendário, passada a pandemia, ajustado a partir do debate nas instâncias constituídas da UFF, quais sejam o Conselho Universitário e o Conselho de

Ensino, Pesquisa e Extensão”. Em documento publicado no dia 21 de março, a Pró-Reitoria de Graduação da UFF (PROGRAD) afirmou que “a implementação da modalidade EAD de forma irrestrita e não prevista nos PPC não se configura como estratégia de substituição e/ou reposição de aulas”.

Para a Aduff, o posicionamento da Prograd avança, mas a seção sindical considera que mensagens que propõem o “uso de recursos tecnológicos para promover a solidariedade e interação entre professores e discentes” – através da ferramenta Google Classroom – ainda suscitam dúvidas sobre o posicionamento da Administração em relação à questão da EAD na UFF. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI), em Instrução de Serviço Nº 002, publicada em 19 de março, também abriu a possibili-

dade para que aulas e seminários “possam ser ministradas por acesso remoto, desde que acordado com os participantes das atividades, através de suporte digital, priorizando o uso de ferramentas de uso gratuito”.

Para a diretoria da Aduff-SSind, em nota publicada no dia 24 de março, “eventuais leituras e estudos individuais por parte dos estudantes, a partir de consulta às ementas das disciplinas disponíveis, não podem ser considerados como atividades pedagógicas, nem devem os docentes ser “pressionados” a disponibilizar qualquer material neste sentido pelos meios digitais”. A seção sindical aponta para uma discussão sobre a possibilidade de suspensão do calendário acadêmico, à semelhança do que já fizeram UNB, UFRJ e UFRRJ, “medida que promoveria maior tranquilidade à comunidade acadêmica”.

## ENTREVISTA

## “Estamos em curva ascendente da epidemia da Covid-19 no Brasil”

Especialista em Epidemiologia e professora da UFF, Regina Flauzino destaca importância de manter princípios do SUS e aumentar os investimentos na área de saúde para enfrentar novo coronavírus

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

*Professora de Epidemiologia do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística do Instituto de Saúde Coletiva da UFF, com especialidade dentro da área de Epidemiologia e Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis, Regina Flauzino foi convidada – junto a outros profissionais da Universidade – a compor o Grupo de Trabalho sobre o novo Coronavírus da UFF (GT - COVID-19- UFF), que tem por objetivo estudar, planejar e executar ações integradas de acompanhamento, conscientização e prevenção da doença. Leia abaixo a entrevista especial da professora Regina Flauzino para o jornal da Aduff.*

### O que é o novo coronavírus? (COVID-19)

A doença respiratória chamada Covid-19 é causada pelo agente etiológico denominado SARS-CoV-2. Esse novo coronavírus surgiu inicialmente na China, em dezembro de 2019, quando foi detectado um surto de doença respiratória em trabalhadores e frequentadores de um mercado de alimentos de Wuhan, capital da província de Hubei. Rapidamente se espalhou pelo país e pelo mundo. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a Covid-19 uma pandemia. Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa.

### Como acontece sua transmissão?

Com base no conhecimento científico adquirido até o presente momento, a transmissão ocorre através da entrada no trato respiratório, pelo contato com gotículas de secreções (muco nasal, por exemplo). Isso pode acontecer por meio do contato direto com as secreções da pes-

soa infectada, pela tosse ou espirro, ou de forma indireta, pelo contato com superfícies contaminadas, levando-se as partículas ao nariz ou à boca, através das mãos.

### Quais são os principais sintomas da COVID-19?

Os sintomas mais comuns da COVID-19 são semelhantes aos de uma gripe: febre, cansaço e tosse seca. Alguns pacientes podem ter dor de cabeça, dores musculares, congestão nasal, coriza, dor de garganta e diarreia. Esses sintomas geralmente são leves e começam gradualmente. Algumas pessoas são infectadas, mas não apresentam sintomas e não se sentem mal. Por ser uma doença nova, alguns aspectos epidemiológicos ainda não são conhecidos completamente, como o exato período de incubação, possibilidade de transmissão a partir de portadores assintomáticos e índice de transmissibilidade. A maioria das pessoas, cerca de 80%, se recupera da doença sem precisar de tratamento especial. Cerca de uma em cada seis pessoas com COVID-19 fica gravemente doente e desenvolve dificuldade em respirar. As pessoas acima de 60 anos e as que têm problemas médicos sub-



Arquivo Pessoal

Professora de Epidemiologia do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística do Instituto de Saúde Coletiva da UFF

jaçantes, como doença respiratória crônica, pressão alta, problemas cardíacos ou diabetes, têm maior probabilidade de desenvolver doenças graves. Quaisquer pessoas com febre, tosse e dificuldade em respirar devem procurar atendimento médico. Ainda não há uma medicação que elimine o vírus. Mas há tratamento para mitigar o avanço da doença e diminuir o desconforto.

### Quais são os prognósticos da pandemia no Brasil?

No momento atual, o prognóstico é que ainda ocorrerão muitos casos, estamos em curva ascendente da epidemia no Brasil. O desafio é prever a velocidade com que a doença se dissemina e a capacidade desta de gerar casos graves. A situação exige respostas rápidas e coordenadas dos sistemas públicos e privados de saúde. Se efetuarmos as ações propostas voltadas para a prevenção e controle da doença com ação coordenada dos três poderes, se houver medidas planejadas para assistência hospitalar, ampliação dos recursos no orçamento para a saúde, comprometimento social e compreensão sobre a gravidade da pandemia do COVID-19 por parte da população, iremos sobreviver à mais esta pandemia.

### Nosso sistema de saúde

### está preparado para enfrentar a COVID-19?

O nosso Sistema de Saúde é público e universal, possui elevada capilaridade no acesso e distribuição de sua rede de atenção; por ser regionalizado e hierarquizado, suas ações de vigilância, prevenção, análise laboratorial e tratamento são normatizadas e coordenadas de forma a termos condições de enfrentar os riscos e desafios colocados pela disseminação da doença. Contudo, nos últimos anos o gasto público em saúde não tem sido capaz de manter a rede de serviços em pleno funcionamento e muito menos em permitir investimentos para melhoria da qualidade de seus serviços. Este fato pode prejudicar a atenção necessária que esta epidemia requer.

Sinto que será necessário muito esforço coordenado para dar conta. Com os limites de gastos impostos, se não houver investimentos teremos dificuldades em assistir os casos mais graves. Sendo assim, respondendo à pergunta, se conseguirmos manter os princípios do SUS, e aumentar os investimentos na área da saúde, em especial na assistência, poderemos enfrentar o desafio de assistir à população. Sonia Fleury aponta em seu artigo que a crise provocada pela emer-

gência de uma pandemia põe a nu o que todos sabemos: não há direitos de cidadania sem um Estado garantidor, não há direito à saúde sem um sistema público universal e integral, com participação popular. Simples assim! Como está na Constituição Federal de 1988.

### Qual tem sido a contribuição das universidades e instituições de pesquisa públicas brasileiras nesta pandemia?

As Universidades e instituições de pesquisas públicas têm contribuindo com o conhecimento e expertise de seus membros, seja participando de grupos de trabalhos internos, seja em grupos externos em parcerias entre instituições. É muito “parasita” produzindo muito! Pesquisas têm sido conduzidas, estudos têm sido publicados, acredito estar em construção um grande repositório de produção de conhecimentos muito úteis sobre a doença, em todos os seus aspectos: clínico, assistencial, epidemiológico, social, mental entre outros. Tudo em prol do bem comum e do controle da doença. Importante ressaltar que nossas universidades mapearam o genoma do vírus (SARS-Cov-2) em menos de 48 horas, o que permitiu rastrear sua origem, as possíveis mutações, e contribuir para melhor entendimento da dispersão do vírus e consequentemente da evolução da doença. Inclusive, fornecer parâmetros que pode nos ajudar no desenvolvimento de possíveis vacinas. Resalto também a importância da Fiocruz, instituição de pesquisa pública, que já produz teste para diagnóstico do novo coronavírus em tempo recorde para abastecer os estados.

*A Aduff-SSind também disponibiliza em seu site [www.aduff.org.br](http://www.aduff.org.br) a entrevista em vídeo com a docente.*

## Aduff lança Campanha pela revogação da EC95 e em defesa do SUS e da pesquisa pública

Enquanto população organiza “aplausos” aos trabalhadores na linha de frente contra o Coronavírus, Bolsonaro e Paulo Guedes insistem em mais cortes e a retirada de direitos

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

Considerando o contexto atual de pandemia declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) devido à propagação da infecção pelo novo Coronavírus (Covid19), a Associação dos Docentes da UFF iniciou campanha em defesa da saúde, da educação e das pesquisas públicas. A ação, que abarca redes sociais, outdoor, busdoor e carro de som, teve início no dia 18 de março, 18M- Dia Nacional de Greve em defesa da educação pública e gratuita, dos serviços públicos, empregos, direitos e democracia.

O objetivo da campanha é promover a defesa do Sistema Único de Saúde, das Instituições Públicas de ensino e de pesquisa, exigir a revogação imediata da Emenda Constitucional 95 e a suspensão da tramitação no Congresso de todas as medidas que cortam verbas públicas e tiram direitos de trabalhadores.

A aprovação da Emenda Constitucional 95, herança do governo Temer (MDB),



instituiu o teto de gastos e congelou os investimentos públicos no Brasil por 20 anos, gerando cortes de verbas na educação, na ciência e tecnologia e na saúde. No ano de 2020, o governo de Jair Bolsonaro já cortou nove bilhões de reais do orçamento da Saúde. O dinheiro para Educação também diminuiu 16% por cento em relação ao orçamento asfixiado de 2019. E o pacote de reformas de Bolsonaro e Paulo Guedes ainda prevê mais cortes com a PEC Emergencial e a retirada de direitos (inclusive

com proposta de redução salarial de 25%) para funcionários públicos.

Além disso, é evidente a política de desqualificação dos servidores públicos, recentemente chamados de ‘parasitas’ pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. “Em momentos de crise, como agora, são os servidores públicos que estão com a população”, diz Marina Tedesco, presidente da ADUFF. “Queremos chamar atenção da sociedade para a urgente tarefa em defesa da saúde, da educação e da pesquisa públicas”, destaca.

## Portaria da Capes pode levar à redução de bolsas de pós-graduação no país

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) publicou Portaria nº 34, em 9 de março, com novas condições para fomento aos cursos de Mestrado e Doutorado. Como alertam entidades sindicais e diversas associações científicas, que pedem a revogação da portaria, a medida vai reduzir as de bolsas de pós-graduação em todo o país. Terá impacto especialmente significativo para os novos cursos e para aqueles classificados com notas 3 e 4.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e mais dezenas de entidades coirmãs afirmam que o sistema de pós-graduação nacional pode entrar em colapso. “É paradoxal que, num momento em que o Brasil vive situação de extrema dificuldade causada pela pandemia do COVID-19, cujo enfrentamento requer exatamente o fortalecimento de nossa capacidade de produzir conhecimento científico em todas as áreas, sejam feitos cortes nas cotas de bolsas de pós-graduação”, diz trecho da carta enviada ao presidente Capes, Benedito Aguiar.

Para a presidente da Aduff-SSind, Marina Tedesco, a Portaria 34 evidencia que o governo não prioriza investimento em produção científica e tecnológica e que, mesmo diante de um cenário de crise, pretende levar adiante seu projeto de desmonte das instituições públicas promotoras do conhecimento. “Incrível perceber que, em meio à pandemia causada pelo Coronavírus, o governo Bolsonaro mantém a intenção de sucatear Universidades e instituições científicas no país, tão necessárias para desenvolvimento de pesquisas com alta relevância social”, problematiza a docente. A dirigente sindical lembra que o governo nomeou como presidente da Capes - uma das principais agências de fomento à pesquisa no país - um professor que se declara contra as teorias darwinistas, endossando a questionável perspectiva criacionista. “Mais uma vez fica claro que o governo Bolsonaro não entende absolutamente nada da realidade da Universidade, defende ideias anticientíficas e que deseja inviabilizar o desenvolvimento da ciência brasileira. (AP)

## Cononavírus faz UFF adiar o primeiro semestre letivo de 2020

Nova data para início das aulas é 14 de abril, mas deverá ser prorrogada conforme orientações dos órgãos de saúde

Aline Pereira e Lara Abib  
Da Redação da Aduff

A Reitoria da UFF publicou nova portaria, no dia 16 de março, informando que o início das aulas foi adiado, mais uma vez, em virtude da reclusão necessária contra a rápida disseminação do novo Coronavírus. O primeiro adiamento previa retorno no dia 23 de março. Agora, a nova data de início do semestre letivo é 14 de abril, podendo ser novamente prorrogada conforme as orientações dos órgãos de saúde. Também está suspenso, pelo período de 30 (trinta) dias, o acesso do público externo às bibliotecas, auditórios, cinema e teatro da UFF.

A regulamentação da rotina de trabalho dos servidores técnico-administrativos foi publicada na Instrução de Serviço da Progepe, de 13 de março de 2020. O documento, essencialmente, atribui às chefias imediatas o poder de decidir sobre o funcionamento da unidade, organizando fluxos de trabalho a partir de turnos e ainda a adoção de trabalhos remotos, como o atendimento em meios digitais. Os profissionais que integram grupos de riscos - idosos, portadores de doenças autoimunes, gestantes - serão liberados pelas chefias dos atendimentos presenciais, conforme as normas da Progepe.

A diretoria da Aduff-SSind entende a necessidade de distanciamento social recomendada pelas autoridades sanitárias. Compreende que cada unidade de trabalho e setor da

UFF têm uma dinâmica específica. Mas, diante da gravidade do momento, manifesta preocupação com a segurança de técnicos e de terceirizados em meio a esse processo, so-

bretudo porque muitos desses trabalhadores dependem de transportes públicos para se deslocar e estão em condições de maior vulnerabilidade do que os docentes.

### Cuide-se!

- Lavar correta e frequentemente as mãos com água e sabão
- Cobrir o nariz e boca ao espirrar ou tossir
- Higienizar com álcool 70% sempre que não for possível a lavagem das mãos e após tocar superfícies ou objetos que tragam risco, como: maçanetas das portas, corrimões, botões de elevador, relógio de ponto eletrônico e após uso de transportes públicos, entre outros;
- Não compartilhar objetos de uso pessoal, como escovas de dente; toalhas; copos e talheres;
- Evitar a prática de cumprimentar com aperto de mãos ou beijos
- Promover o distanciamento social, evitando atividades que envolvam grandes aglomerações em ambientes fechados, sem absoluta necessidade;
- Manter os ambientes bem ventilados;
- Caso apresente sintomas respiratórios e febre, busque orientação junto aos órgãos de saúde, conforme as recomendações oficiais do Ministério da Saúde.

# Assembleia aprova indicativo de greve docente na UFF

Defendido como um processo de construção gradual de mobilização na universidade, o indicativo de greve docente foi aprovado sem data, para sinalizar início dos debates

Lara Abib

Da Redação da Aduff

Professores e professoras da Universidade Federal Fluminense (UFF) aprovaram, em assembleia geral realizada no dia 12 de março, indicativo de greve, sem data, dos docentes da instituição. A avaliação dos presentes foi que numa conjuntura em que a universidade, os serviços e os servidores públicos têm sido duramente atacados é fundamental que a categoria docente da UFF comece o ano mobilizada e em unidade aos diversos segmentos da universidade e ao funcionalismo público para promover mobilização e enfrentamento aos ataques do governo Bolsonaro.

A aprovação do indicativo de greve foi defendida como um processo de construção gradual de mobiliza-



Assembleia centralizada aconteceu no campus do Gragoatá, em Niterói

ção na universidade. A possível data do indicativo de greve, e, mais para frente, sua deflagração serão pautas de novas assembleias docentes, que devem acontecer a partir do acúmulo dos debates, no retorno das aulas. A principal instância de deliberação do movimento docente da UFF também aprovou a criação de uma Comissão de

Mobilização local para dar o pontapé no processo de debate e mobilização para a greve. A comissão é aberta a participação de todas e todos docentes interessados.

## Assembleia reafirmou deliberação do 39º Congresso do Andes-SN

A aprovação do indicativo de greve docente na UFF

também foi defendida como uma forma de reafirmar a resolução aprovada no 39º Congresso do Andes-SN, que deliberou pela construção de uma greve docente por tempo indeterminado ainda no primeiro semestre de 2020. A principal instância de deliberação do Sindicato Nacional já havia definido um calendário que previa a realização de rodadas de assembleias até o dia 13 de março nas universidades para pautar o assunto, e reunião posterior do setor das federais, estaduais e municipais do Andes-SN, em Brasília, nos dias 14 e 15 de março, para deliberar sobre a greve nacional docente.

## Reunião dos setores do Andes confirmou indicativo sem data de greve da categoria

A reunião dos três setores do Andes-SN, em Brasília,

confirmou o posicionamento da maioria das seções sindicais e deliberou pela aprovação do indicativo de greve nacional, sem data, da categoria docente. O encontro reuniu representações de 51 universidades federais, estaduais e municipais nos dias 14 e 15 de março e ainda deliberou pela construção de uma greve conjunta do setor da Educação, com formação de um comando de mobilização conjunto entre Andes-SN, Fasubra e Sina-sefe – que se reuniu no dia 16 de março. A reunião dos três setores também aprovou a realização de ações para debater a revogação da EC 95, bem como a defesa do SUS, dos hospitais universitários e da pesquisa pública, considerando a pandemia do novo coronavírus e se adaptando às recomendações das autoridades sanitárias locais.

## 18M - Em meio à pandemia do novo Coronavírus, manifestações saíram das ruas e ganharam janelas

Lara Abib

Da Redação da Aduff

Com as atividades de rua canceladas por conta da pandemia do novo Coronavírus e das recomendações de evitar aglomerações e manter distância social, o 18M- Greve Nacional da Educação, foi para as varandas, quintais e janelas, numa convocatória ampla pela realização de “barulhão” contra os cortes no orçamento da Saúde e Educação, por direitos e em defesa das liberdades democráticas. A iniciativa foi chamada de “Vozes na janela” e teve instrumentos musicais, painéis e muito grito de “Fora Bolsonaro” e “Viva o SUS”.

Não faltam críticas a Jair Bolsonaro pela condução do país durante a epide-

mia. O presidente do Brasil ignorou as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e convocou e participou, no dia 15 de março, de atos em defesa do seu governo – quando a orientação da OMS era de evitar aglomerações. Diante da escalada dos casos da Covid-19 no Brasil e no mundo, não cansa de dar declarações absurdas, classificando a crise como histeria e orientando a população que “volte à normalidade”, reabrindo comércios e escolas. Desde que assumiu o governo, Bolsonaro e seu Ministro, Paulo Guedes, implementam uma política de retirada de direitos, desmonte de políticas sociais, desfinanciamento dos serviços públicos e ataques aos servidores.

Em Niterói, a Aduff-SSind, em conjunto com o Fórum Sindical e Popular de Niterói contratou um carro de som para percorrer as ruas da cidade dando visibilidade ao dia de luta e dialogando com a população. Em assembleia docente, realizada no dia 13 de março, as professoras e professores da UFF haviam deliberado pela adesão às atividades do 18M e paralisação na data – antes do início das aulas ser adiado como parte dos esforços para contenção do coronavírus. A Aduff-SSind também aproveitou a data para lançar campanha pela revogação da EC95 e em defesa do SUS, da Educação e da pesquisa pública (veja página 7).

## Duas chapas concorrem à direção do Andes-SN para o próximo biênio

Pandemia leva à suspensão temporária das eleições; calendário será reavaliado em abril

Duas chapas foram homologadas pela Comissão Eleitoral Central (CEC) como concorrentes à diretoria do Andes-Sindicato Nacional no próximo biênio (2020-2022). São elas: “Chapa 1 – Unidade para Lutar” e “Chapa 2 – Renova ANDES”.

Os docentes Rivânia Lucia-Moura de Assis (UERN), Maria Regina de Avila Moreira (UFSC) e Amauri Fragoso de Medeiros (UFCEG) são os candidatos ao triunvirato pela chapa 1 – respectivamente, presidência, secretaria geral e tesouraria. Já pela chapa 2, os professores concorrentes ao triunvirato são Celi Nelza Zülke Taffarel (UFBA), Luis Antonio Pasquetti (UnB) e Paulo Ricardo Opuszka (UFPR).

## Eleições suspensas

As eleições, inicialmen-

te previstas para os dias 12 e 13 de maio, foram suspensas temporariamente em virtude do período de reclusão causado pela pandemia do coronavírus. A Comissão Eleitoral Central e a Diretoria Nacional vão reavaliar o calendário em nova reunião por videoconferência, no próximo dia 22 de abril. Até lá, estão suspensas a realização de campanha eleitoral por todos os meios, inclusive digital, a partir de 25 de março.

Para a docente da UFF e secretária geral do Andes-SN, Eblin Farage, as eleições para direção nacional são um momento de expressão de democracia interna do Sindicato. “Somos uma das poucas entidades do país que têm uma eleição direta pela base”, afirma. (AP, com informações do Andes-SN)



## Notas da Aduff

### Saudações

A Diretoria da Aduff esteve na atividade de recepção aos professores em estágio probatório, organizada pela reitoria, no início do mês. Apresentou o sindicato, distribuiu material informativo e falou sobre os desafios da atual conjuntura para cerca de

40 novos docentes. “Fizemos um breve resgate e uma contextualização das condições de ameaça à Universidade”, disse Adriana Penna, secretária geral da seção sindical. “Nossa participação foi pequena, mas contundente”.

### Vai entender

Representantes do governo federal, em declarações recentes às grandes redes de televisão, classificaram o Sistema Único de Saúde (SUS) como exemplo no combate ao coronavírus.

### Antes da pandemia

Mas há pouco tempo, para justificar a política de austeridade econômica, o mesmo governo federal desqualificou o SUS e os seus servidores: ineficiente, esbanjador e cheio de ‘parasitas’. Coisas da Terra Plana...



### Ressentido

Em postagem no twitter, o ministro da Educação, A. Weintraub mais uma vez disseminou ressentimento e ódio contra as instituições públicas de ensino superior. Criticou as Universidades no Brasil – “são quase países independentes” – e lamentou o fato de a PM não poder entrar nos campi.

### Ignorância

Por fim, debochou do curso ministrado por Fábio Feltrin – docente da Universidade Federal da Fronteira Sul – que está à frente da disciplina: “Divas Pop e a subversão das identidades”. Vejam para que o que fazem “COM O NOSSO DINHEIRO”, disse o representante do MEC. Assim, em caixa alta.

### Desqualificado

“Mais um ataque de um ministro desqualificado, A. Weintraub, contra a universidade. Até quando o Brasil vai se submeter a essa política que explora o preconceito e a desinformação? Precisamos nos unir para combater esse tipo de assédio”, disse a mensagem da Associação Nacional de História em solidariedade a Feltrin e em repúdio ao ministro.

### Acabou pra você, Bolsonaro!

Um jovem haitiano ganhou as redes sociais nos últimos dias. Ele ficou frente a frente com Jair Bolsonaro e disse: “Acabou, você não é presidente mais”.

Bolsonaro disse não ter compreendido e o rapaz foi enfático: “Você está entendendo bem, eu estou falando ‘brasileiro’”. No Twitter, surgiram diversos comentários sobre o vídeo.

### Teatro feminista

Por iniciativa da Aduff, do Sinpro Macaé/Região e do Sepe – Núcleo Rio das Ostras/Casimiro de Abreu, professores e funcionários da UFF e das redes pública e privada de ensino puderam assistir a peça, “Encruzilhada Feminina”, gratuitamente, como parte das atividades pelo 8M na Região dos Lagos. O objetivo era promover reflexões sobre os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres.

### Júri Popular

A Justiça do Rio de Janeiro decidiu, último dia 10, que o PM reformado Ronnie Lessa (ex-vizinho de Jair Bolsonaro) e o ex-PM Élcio Vieira (expulso da corporação em 2016) irão a júri popular. Eles são acusados de participação no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, em março de 2018.

### Revogação

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) votaria na terça 17 projeto de lei para revogar a homenagem concedida, em 2005, a Adriano da Nóbrega. Ele é ex-capitão do BOPE, miliciano, chefe do Escritório do Crime, recentemente assassinado durante operação policial na Bahia.

Como se sabe, Adriano recebeu a Medalha Tiradentes, a maior horaria da Casa, por sugestão do então vereador Flávio Bolsonaro, que também foi autor de uma moção de louvor ao ex-policia em 2004.

### Sai, corona!

A votação do projeto, entretanto, não aconteceu. Foi adiada por falta de quórum, com previsão de voltar à pauta após a necessidade de distanciamento social imposta pelo coronavírus.

### Panela de pressão

Com a popularidade cada vez mais em baixa, Bolsonaro ganhou um 'presente de aniversário', no dia 21 de março: painéis ecoaram em todo o país, por volta das 20h. Em Niterói, teve projeção em parede de alguns prédios: fora, Bozo!

## Aduff divulga balancetes de junho e julho de 2019

A diretoria da Aduff-SSind divulga, nesta edição, os balancetes referentes aos meses de junho e julho de 2019, como parte da política de transparência na gestão da entidade.

Balancete de junho de 2019	
Contribuição de Associados	374.724,79
Receita Operacional	374.724,79
Receita financeira	6,97
Saldo bancário anterior	55.322,39
Saldo caixinha anterior	1.667,37
<b>RECEITAS</b>	<b>431.721,52</b>
Ordenados	62.427,40
INSS	31.505,76
FGTS	6.158,77
Vale-Transporte	3.951,95
Assistência médica	8.721,41
Contribuição sindical	58,14
Vale-Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	113.490,98
Despesas tributárias ( IRF, PIS etc )	10.501,36
Despesas bancárias	852,45
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.017,96
Outros Prestadores de Serviços por PF	3.487,99
Despesas com veículo	647,00
Material de escritório	1.531,60
Telefone, água, luz, internet	4.275,39
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	23.461,78
Correios	5.300,10
Material de consumo copa/cozinha	1.164,55
Desp.com material permanente (imóvel,computadores,ar, telefonia etc)	11.232,79
Reuniões e eventos promovidos pela ADUFF	4.820,67
Participação em reuniões da ANDES, SPF (diárias, passagens, etc.)	5.529,11
CONAD	8.238,05
Assessoria Jurídica Interior	1.611,97
AG Descentralizada	3.416,00
Outras Despesas	99.588,77
Andes-SN	72.942,10
Fundo Único Andes-SN	5.835,37
Doações a entidades e movimentos sociais	12.530,04
CSP-Conlutas	14.296,65
Repasse a Entidades	105.604,16
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>318.683,91</b>
<b>Disponibilidades</b>	
Saldo de caixa-pequeno	87,35
Saldo em conta corrente de movimento	112.950,26
Saldo aplicado	350.006,15
Saldo em conta corrente conta Greve	331.819,80
Saldo aplicado	318.131,85
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	220.775,62
Saldo aplicado	27.744,50

Balancete de julho de 2019	
Contribuição de Associados	370.433,04
Receita Operacional	370.433,04
Receita Financeira	74,23
Resgate / Aplicação	-50.000,00
Saldo bancário anterior	112.950,26
Devoluções	7.001,60
Saldo caixinha anterior	87,35
<b>RECEITAS</b>	<b>431.721,52</b>
Ordenados	60.773,65
13º Salário	3.842,39
INSS	30.620,09
FGTS	6.186,25
Vale-transporte	2.975,08
Férias	6.722,34
Assistência Médica	9.005,35
Contribuição sindical	58,14
Vale Cultura	667,55
Despesas com Pessoal	120.850,84
Despesas tributárias ( IRF, PIS etc )	9.532,66
Despesas bancárias	826,89
Honorários advogado	12.500,00
Honorários contador	1.017,96
Outros Prestadores de Serviços por PF	2.640,00
Despesas com veículo	452,55
Telefone, água, luz, internet	3.842,48
Imprensa (divulgação, assinaturas, diagramação, jornais, gráficas etc)	32.870,01
Material de consumo copa/cozinha	666,55
Desp.com material permanente (imóvel,computadores,ar, telefonia etc)	9.410,78
Reuniões e eventos promovidos pela ADUFF	9.291,11
Participação em reuniões da ANDES, SPF (diárias, passagens, etc.)	7.644,74
CONAD	20.399,27
Outras Despesas	111.095,00
Andes-SN	72.834,61
Fundo Único Andes-SN	5.826,77
Doações a entidades e movimentos sociais	48.036,71
CSP-Conlutas	17.823,10
Repasse a entidades	144.521,19
Composição fundo de greve	25.000,00
<b>TOTAL GERAL DAS DESPESAS</b>	<b>401.467,03</b>
<b>Disponibilidades</b>	
Saldo de caixa-pequeno	87,35
Saldo em conta corrente de movimento	38.992,10
Saldo aplicado	482.507,85
Saldo em conta corrente conta Greve	205,56
Saldo aplicado	676.456,70
Saldo em conta corrente conta FGTS /Obra	976,69
Saldo aplicado	247.860,88

## No 8M, mulheres ocupam ruas pela vida e contra retirada de direitos

Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial da taxa de feminicídios, dentre 83 nações

Lara Abib  
Da Redação da Aduff

Milhares de mulheres ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro na noite do dia 9 de março, em ato unificado do #8M - Dia Internacional de Luta das Mulheres. Com mote, "Pela vida de todas as mulheres, democracia e contra a retirada de direitos! Um Rio de Coragem Feminista contra a violência e os governos fascistas!", a manifestação atravessou toda a Avenida Rio Branco, num mar de alas, coletivas, entidades, baterias e batucadas potentes. A Aduff-SSind esteve presente no ato junta a tantas outras estudantes e técnicas-administrativas da UFF.

Trabalhadora da Fiocruz e integrante do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, Isabela Soares Santos levou para as ruas a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Fundação Oswaldo Cruz e defendeu que só com um sistema público de saúde universal é possível pensar um feminismo de verdade. "Em nossa sociedade desigual e machista, é a mulher que se atrasa para o trabalho porque leva os parentes e amigos nas uni-

Registro do ato no Rio. Veja outras fotos em nossa página no Facebook



dades de saúde, que morre em decorrência do aborto ilegal. São muitas as violências que passam pelos debates de saúde pública", destaca. Para a trabalhadora, embora o SUS não venha sendo financiado como a Constituição prevê, o sistema é um patrimônio do Brasil.

"Tem coisa que só o SUS resolve. Por exemplo, o coronavírus agora, a dengue, as herbivíroses, a zica. Quem deu essa resposta mais rápida no mundo? São os países com sistema público de qualidade que conseguem responder, é

o SUS. Por isso faço questão de vir aqui organizada com o tema da saúde", destacou.

Graduada e Mestre em Psicologia pela UFF, Karyna Couto também participou do ato e relatou o processo de precarização e de desmonte do SUS no campo da saúde mental. "Eu como trabalhadora da saúde mental tenho testemunhado os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) definharem e muitos trabalhadores serem expulsos do serviço, nem demitidos não, expulsos mesmo. Quem cresce com isso? As comunidades

terapêuticas e os manicômios. E as mulheres são uma faixa populacional importante que vão parar nesses lugares, ditas como loucas, histéricas, bipolares. Não faltam nomes para nomear as mulheres que adoecem nesta sociedade machista. E quem carimba e assina a loucura dessas mulheres? É importante prestar atenção que a maioria dos médicos são homens", ressalta".

Eliane Vieira, integrante das 'Mães de Manguinhos' também ocupou as ruas no 8M. O movimento é formado por mães da favela de Man-

guinhos, no Rio, que têm filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pela violência do Estado. "Vim mostrar para outras mulheres pobres e periféricas que em sua grande maioria não são as mulheres que estão nestes espaços que elas podem sim estar aqui e dar voz aos seus filhos que são assassinados todos os dias nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e de todo o Brasil. Esse é o espaço da mulher negra e favelada sim, onde a gente pode gritar pelos que estão lá dentro e por nós aqui fora", afirmou.

### 8M em Niterói repudia a violência do Estado, defende pautas feministas e a democracia

Para lutar contra todos os tipos de violência de gênero e reafirmar a defesa por direitos democráticos, o Horto do Fonseca e o Campo de São Bento – dois principais parques de Niterói, respectivamente, nas zonas Norte e Sul da cidade – foram espaços de atividade política cultural na manhã de domingo 8.

Os passantes foram recebidos com mesa de café da manhã, muita música, poesia e leveza. A Aduff apoiou a realização do evento, organizado por coletivos feministas na cidade, que, entre 9h e 13h, chamou

atenção para as pautas ligadas aos direitos das mulheres.

No Campo de São Bento, houve yoga para crianças, entre outras atividades de recreação. As ativistas do 'Pedal Sonoro', a poetiza Suzana Lima, a cantora Patrícia Sá, musicistas da 'Orquestra Sinfônica da Grotá' e de blocos da cidade estiveram no ato. Já no Horto, além de recreação, teve a presença da cantora Nilze Benedicto e de diversas poetizas. Entre elas, Lili Balonecker, Renata Correia e Ana Cruz.

"Essas ações foram muito

importantes, pois nos possibilitaram dialogar com a população de forma mais geral e ampliar o debate para fora dos círculos mais especificamente feministas", disse Renata Vereza, docente da UFF.

A técnica-administrativa Miriam Cruz defendeu a ocupação de ruas e de praças, principalmente em Niterói, cujo perfil conservador foi confirmado na última eleição. "Ainda há muitas mulheres oprimidas. Para desconstruir esse pensamento, precisamos aglutinar cada vez mais pessoas", afirmou.

### Dados recentes do Instituto de Segurança Pública (ISP) informam

**Em 2019, foram registrados 88.828 crimes contra mulheres no Rio de Janeiro: 4.687 estupros, 305 homicídios dolosos, 85 feminicídios, 41.048 ameaças, 41.366 casos de lesão corporal dolosa; 183 ocorrências de assédio sexual e 1.154 casos de importunação sexual. Os números levam em conta as notificações policiais, mas é sabido que nem todas as vítimas conseguem denunciar o agressor – o que sugere que os índices sejam ainda mais alarmantes.**

# Marielle Franco, presente!

Há dois anos, a quinta vereadora mais votada no Rio era assassinada, ao lado do motorista Anderson Gomes

Aline Pereira  
Da Redação da Aduff

“**A**manhecer por Marielle e Anderson” aconteceria no dia 14 de março, tomando ruas e praças com atividades culturais e um ato público para lembrar os dois anos de impunidade para o crime que parou o país. Teria grande significado frente à atual conjuntura de retrocessos.

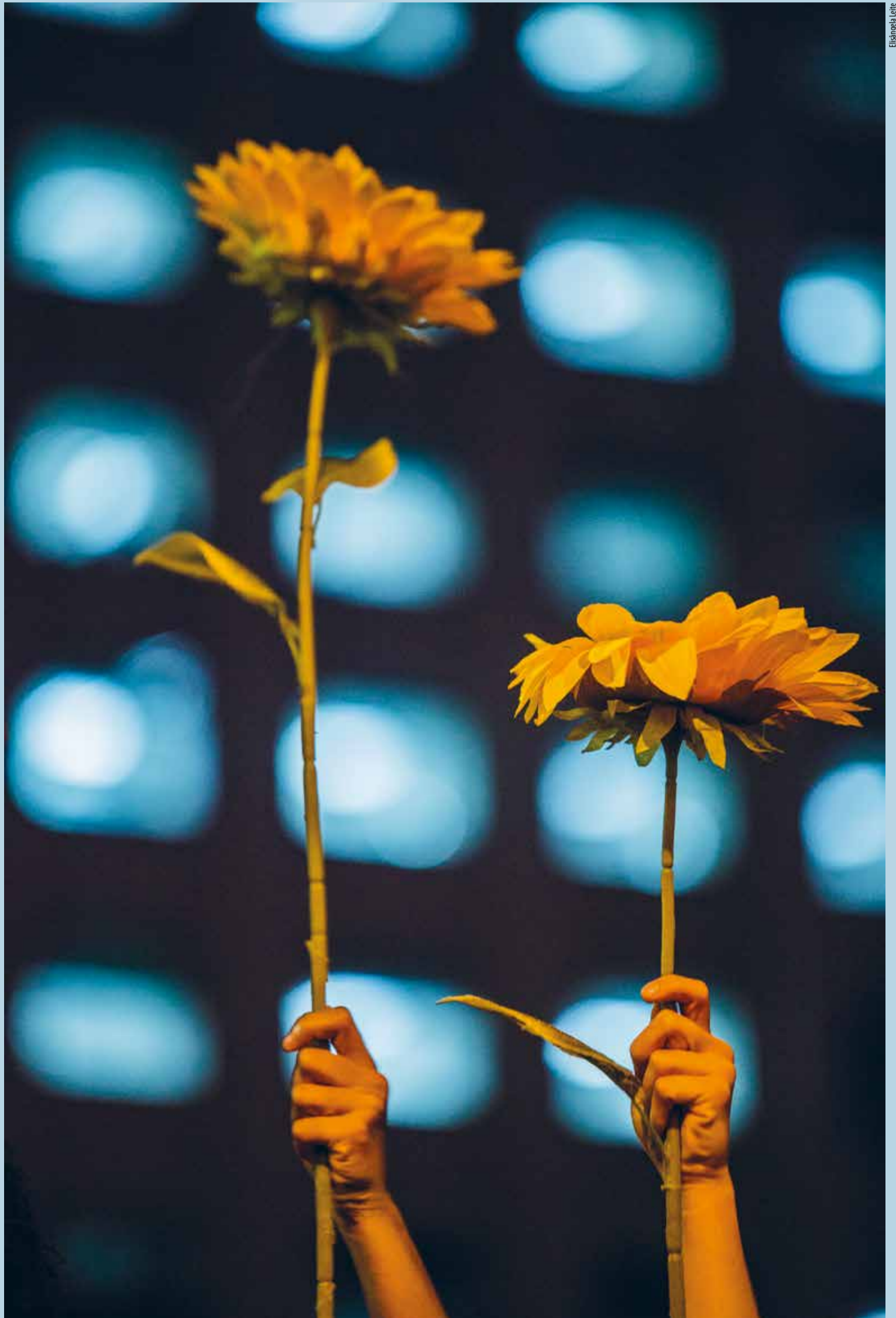
No entanto, devido à recomendação das autoridades de saúde para que se evitassem aglomerações em meio à pandemia do coronavírus, as manifestações de rua não aconteceram – o que não impediu que as redes sociais perguntassem: quem mandou matar Marielle? Por quê?

Há dois anos, ao deixar um encontro com a militância no centro do Rio, por volta das 20h, Marielle Franco e o motorista que a conduzia, Anderson Gomes, foram assassinados.

Foi um crime político para silenciar a quinta vereadora mais votada para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A menina negra, que nasceu e cresceu no Complexo da Maré e rompeu barreiras: formou-se socióloga e foi além, ao ocupar cargo público e usar sua voz para defender as minorias, pautas feministas, criticar a violenta intervenção policial em comunidades e exigir Direitos Humanos. Para todos e todas.

“Não existe democracia quando ativistas são perseguidos, condenados e assassinados”, diz Marina Tedesco, presidente da Aduff. “Não podemos naturalizar a barbárie”.

Marina Tedesco lembra que Marielle hoje é internacionalmente respeitada, reconhecida e aclamada pelo legado importante em defesa dos Direitos Humanos. “Diz-se que ela virou semente porque sua luta inspira outras mulheres, sobretudo mulheres negras e periféricas, para que se engajem na luta política, disputando cargos públicos”.



Elisângela Leite